

## O poder confiável

**Este é o primeiro de uma série de dez artigos especiais que o JT publicará às segundas-feiras, nos quais o professor e jurista Ives Gandra da Silva Martins discutirá a crise brasileira atual em seus aspectos institucional, econômico, jurídico, social e político. Na próxima semana, "O poder representativo".**

*cessita restabelecer é a confiança. O Brasil é, hoje, uma imensa nação sem confiança. Uma nação que não acredita no modelo atual, após a reiterada falência de todas as afirmações oficiais, que teorizaram soluções e pragmatizaram fracassos.*

*O povo necessita de esperanças. O povo necessita acreditar. O povo ne-*

*cessita participar. O povo necessita opinar sobre aquilo que será obrigado a obedecer e a viver.*

*Nenhuma Nação é forte se não tiver economia forte e, em matéria econômica, a confiança é ainda mais importante que nos demais setores.*

*Os projetos econômicos da iniciativa privada necessitam de segurança, de certeza de que as regras que os disciplinam são estáveis. Nenhum projeto, a médio e longo prazo, é possível sem um mínimo de estabilidade para que, ao fim de sua implantação, os fundamentos que os motivaram ainda sejam os mesmos.*

*Um governo que não acerta, que promete e não cumpre, que fixa metas que nunca são atingidas, que altera quase semanalmente as regras do jogo econômico, é um governo que, no mínimo, paralisa qualquer iniciativa, inoculando o vírus da poliomielite no organismo econômico-social da Nação.*

*Ao contrário de muitos críticos da atual equipe econômica, não vejo insuficiência doutrinária em várias de suas formulações. Não discuto sua competência. Não ataco seus*

*conhecimentos. Não atinjo sua honrabilidade. O certo, entretanto, é que a Nação não confia mais na equipe presidencial e não confiando fica inerte a qualquer esforço para sair da crise.*

*Mercê de tantas promessas não cumpridas, a política econômica presidencial hoje não goza do apoio da quase totalidade da população e parece-me sem sentido nela insistir, teimosamente, ampliando o campo de desconfiança e desesperança, sobre permitir que se estabeleça clima de apreensão sobre uma crise social sem precedentes na história brasileira.*

*O Poder deve ser confiável. Há urgente necessidade de restabelecimento da credibilidade nos que conduzem a Nação. Embora difícil, com a própria equipe governamental. O ideal, com uma nova equipe surgida da consulta aos verdadeiros representantes populares que se encontram nas Casas Legislativas. Apenas, desta forma, será possível começar o processo de reversão da atmosfera de catástrofe, hoje dominante em todos os segmentos da sociedade.*

*Flávio Josefo ("História dos Hebreus", Ed. das Américas, pág. 80) escreve sobre o fim do período dos juizes governantes o seguinte: "não*

*havia mais entre eles nenhuma forma de República: os magistrados não tinham autoridade e não se observava mais o antigo costume para se elegerem os senadores, ninguém se incomodava com o povo e cada qual só pensava em seu interesse e em seu lucro".*

*Desejamos que as observações argutas do historiador da epopéia do povo hebreu não se apliquem ao Brasil. Que as aparências não ganhem ares cristalizados de verdade, acrescentando-se ao sofrimento dos que sofrem o maior dos sofrimentos, que é a desesperança.*

*A mais urgente meta de governo, no momento, é o de restabelecer a confiança nacional, não mais possível pelo rotineiro exercício do hábito de governar na esperança de que o povo continuará vivendo o hábito de obedecer.*

*O que o Brasil necessita, no momento, é de um poder confiável. Sem ele, projetos, modelos, esquemas, discursos, nada valem. Que o presidente tenha a humildade de compreender ser esta a realidade, a coragem de enfrentá-la e a perseverança de não desanimar na luta por restabelecê-la. É o que a Nação dele espera. É o que ele tem a obrigação de oferecer à Nação.*

**H**.L. Hart, em seu livro "The Concept of Law", Ed. Clarendon, Oxford, insurge-se contra a falácia de que a soberania esteja fundada no hábito da obediência. Embora reconheça que as sociedades primitivas ou pouco evoluídas realcem o fenômeno, de resto também conhecido em sociedades mais avançadas, a obediência não é o fundamento maior do exercício da soberania.

Após tecer considerações sobre as leis que, em tese, deveriam obrigar governantes e governados, mas são comumente dirigidas aos governados e não aos governantes, que se situam em plano de privilégio auto-outorgado, conclui o capítulo destinado à soberania e ao hábito da obediência pela aceitação da tese da inércia que o permite e o transforma em um dos elementos, embora não o mais relevante, da vida do direito positivo.

As considerações harteanas, embora surgidas a partir da concepção da law anglo-saxônica, em que os costumes revelam particular importância, pois o direito surge da tradição de sua aplicabilidade, mais do que das soluções cerebrinas de um pequeno grupo de iniciados, devem ser relembradas para o especial momento por que passa o País.

O presidente Figueiredo, reiteradas vezes, tem solicitado a colaboração dos brasileiros para a solução dos problemas nacionais, afirmando ter as mãos estendidas, mas que o povo e suas lideranças não só não as seguram, como não têm apresentado alternativas ao modelo que o hábito de governar permitiu-lhe ofertar ao Brasil e que pelo hábito de obedecer o povo tem sido obrigado a aceitar.

É bem verdade que todas as sugestões — e os jornais estão repletos delas — não têm sido consideradas porque o governo as entende ofensivas e as decisões governamentais continuam sendo tomadas pelo veículo pouco conhecido nos países civilizados que é o decreto-lei, cuja característica maior é de permitir que uns poucos decidam por todos o que têm de exigir de todos, sem consultar a ninguém.

Partindo do princípio de que tanto o presidente Figueiredo quanto os que aceitaram o desafio de apresentar sugestões não se entenderam por uma questão de semântica, pois uns e outros estão agindo de boa fé (ninguém pode ser peitado sem prova concreta), gostaria de, em uma série de dez artigos, apresentar, como professor universitário, algumas idéias ao supremo condutor nacional para sua reflexão.

O primeiro ponto que o governo ne-